



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Denominação, Constituição, Duração e Natureza

O Conselho Regional de Enfermagem foi criado pela Lei nº5.905, de 12 de Julho de 1973, como uma autarquia, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

b) Características

O Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco está subordinado ao Conselho Federal de Enfermagem, com sede e foro na cidade do Recife e prazo de duração indeterminado, fiscalizando e disciplinando o exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem.

c) Finalidades da Entidade

O **COREN** tem como finalidades:

Constituem finalidades do COREN-PE, observada a legislação em vigor, e as diretrizes gerais do COFEN, a disciplina e fiscalização do exercício profissional das categorias de enfermagem, o julgamento e a aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética de Enfermagem, garantindo que as instituições de saúde e áreas afim assegurem as condições dignas de trabalho à realização das ações de enfermagem, em termos compatíveis com suas exigências legais e éticas.

d) Recursos Financeiros

Os recursos do **COREN** estão em: I – Receitas de Contribuições; II – Receitas Patrimoniais; III – Receitas de Serviços; IV – Transferências Correntes; V – Receitas da Dívida Ativa; e VI – Receitas Diversas.

e) Destinação de Recursos

As despesas do COREN consistem em: I – Despesas de Pessoal; II – Outras Despesas Correntes; e III – Despesas de Capital.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativa aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); e seguiram as diretrizes contábeis abaixo:

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Não apresenta registro contábil das depreciações, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na NBCT 16.9, uma vez que, os saldos apresentados na contabilidade precisam ser atualizados mediante levantamento patrimonial, para uma melhor gestão dos bens do COREN.

b. Redução ao valor recuperável de ativos (*"impairment"*)

A NBC T 16.10 determina que as reavaliações devam ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do balanço patrimonial, periodicamente, com a finalidade de revisar e ajustar o valor registrado do ativo principalmente em relação as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Os acréscimos ou decréscimos provenientes dessa reavaliação ou redução ao valor recuperável devem ser registrados em contas de resultado. A Entidade não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos, considerando que a gestão patrimonial ainda será implantada.

c. Ativo Circulante e Não Circulante

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas. Do total do Ativo, o Circulante representa 58,27% e o Não Circulante 41,73%.

d. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. O Circulante representa 100,00%.

e. Restos a Pagar

As despesas empenhadas liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2016 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento a Lei n.º 4.320/64. Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Fornecedores, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro. Nesse exercício não houve inscrição de Restos a Pagar Não Processados.

f. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

g. Apuração do Resultado

O superávit do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

4.1. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo das disponibilidades em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bancos - Outras Contas	-21.652,56	-19.855,68
Aplicações Financeiras	3.852.859,45	2.117.215,25
	3.831.206,89	2.097.359,57

O **COREN** no exercício de 2016 movimentou recursos com as seguintes instituições financeiras:

Banco	Agência	Conta Corrente
Banco do Brasil	697-1	3.467-3
Banco do Brasil	697-1	57.945-9
Banco do Brasil	697-1	60.812-2
Banco do Brasil	697-1	60.813-0
Banco do Brasil	697-1	61.200-6

As referidas contas estão conciliadas apresentando pendências ao final do exercício, apenas quanto à cobrança de tarifas bancárias, sobre as quais foram solicitados os estornos e depósitos indevidos para prestadoras de serviço os quais já foi solicitado à devolução, além de lançamentos contabilizados e que ainda não houveram saída de banco, os quais estão sendo analisados.

Nessas contas correntes existe um total de R\$ 3.852.859,45 aplicados à Curto Prazo.

4.2. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Saldo dos Demais Créditos e Valores à Curto Prazo a receber em 31 de Dezembro era:

	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	21.126,42
Adiantamentos Concedidos a Terceiros	12,78
Tributos a Recuperar/Compensar	-31.515,90
Créditos Por Dano ao Patrimônio	14.443,30
Entidades Públicas	31.373,72
Devedores da Entidade	<u>201.399,75</u>
	236.840,07

4.3. ESTOQUE

Saldo do Estoque em 31 de dezembro era:

Estoque Interno – Almoxarifado **31/12/2016**

Material de Consumo – Estoque interno **495.132,84**

Os estoques do **COREN** estão formados por materiais de consumo interno (material de expediente, material gráfico de informática e material de limpeza) e são registrados no Ativo Permanente por seus custos da última aquisição.

Os referidos saldos não foram inventariados pelo Setor de Almoxarifado, portanto a posição da conta está conforme as despesas liquidadas na contabilidade sem a realização das baixas pelo consumo.

4.4. ATIVO REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

O saldo em 31 de Dezembro é representado principalmente pela Dívida Ativa conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>
Dívida Ativa Não Tributária	1.905.937,37
Títulos de Empresas Estatais	43,64
Direitos de Linha Telefônica	<u>1.600,00</u>
	1.907.581,01

A Dívida Ativa consiste em anuidades atrasadas dos profissionais de enfermagem, que não sofrem atualização monetária com base na resolução nº 481/2015 do COFEN, que institui o programa de recuperação fiscal – REFIS ENFERMAGEM – 2015, no âmbito do sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, destinado a regularização dos débitos dos profissionais de enfermagem e dá outras providências.

4.5. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição.

Saldo do Imobilizado em 31 de dezembro era:

Imobilizado **31/12/2016**

Bens Móveis e Imóveis **1.360.215,86**

Neste exercício não foram realizados inventário patrimonial dos bens móveis e levantamento dos bens móveis inservíveis. Foi contabilizada a aquisição de bens móveis no valor de R\$ 89.697,80 (oitenta e nove mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta centavos).

4.6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS, E FISCAIS A PAGAR

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2016</u>
Salários e Remunerações a Pagar	(2.565,51)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	(1.609,38)
Rescisões a Pagar	5.811,15
Encargos Sociais a Pagar	<u>136.626,44</u>
	138.262,90

O saldo invertido de salários e remuneração a pagar se refere a valor em duplicidade pago antes de outubro de 2012, que ainda será identificado e de Décimo Terceiro Salário a Pagar se refere a contabilizações de apropriação a menor que serão regularizadas no próximo exercício.

4.7. OBRIGAÇÕES FISCAIS À CURTO PRAZO

O saldo das obrigações em 31 de Dezembro era de:

	<u>31/12/2016</u>
Pis/Pasep a Recolher	2.584,12
IRRF s/ Folha de Salários	25.808,22
ISS a Recolher	(3.722,37)
Impostos Retidos na Fonte – Cosirf	<u>4.400,40</u>
	29.070,37

O saldo negativo do ISS a Recolher é referente a retenções em duplicidades e pagamentos sem retenção que já foram identificados na composição e serão resolvidos.

4.8. DEMAIS OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO

Saldo das Demais Obrigações à Curto Prazo em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2016</u>
Consignações	<u>1.125,72</u>

Credores da Entidade	5.730,80
Entidades Públicas Credoras	116.248,78
	<hr/>
	123.105,30

4.9. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do exercício foi superavitário em R\$ 1.695.817,69, apurados na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

4.10. APURAÇÃO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Foi apurado um superávit financeiro no exercício de 2016, levando-se em consideração o Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário contém as receitas orçamentárias do **COREN**, como por exemplo, Receitas de Contribuição (Anuidades), Receitas de Serviços (Taxa de Inscrição, Expedição de Carteiras e Cédulas e Expedição de Certidões), Transferências do **COFEN**, Receita da Dívida Ativa, entre outras. Que são lançadas quando identificadas direto no sistema de contabilidade SISCNT, da empresa Implanta.

Já nas Despesas Orçamentárias está definido o crédito disponível para custear as despesas como folha de pagamento, fornecedores, material de consumo, aquisições de materiais permanentes, etc. Que são executadas através do empenhamento e posterior liquidação e pagamento.

É importante salientar que no balancete o valor das receitas e despesas previstas se refere ao primeiro lançamento do razão, já que o saldo se mostra divergente, pois o sistema é obrigado a lançar a diferença para o fechamento do exercício.

6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício financeiro. Em 2016, o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 1.695.817,69.

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa líquido das Operações foi positivo em R\$ 1.758.347.475,21, a de investimento teve apenas o gasto com aquisição de software em R\$



24.498,80, e a apuração do fluxo de caixa para o exercício de 2016 ficou positiva em R\$ 1.733.847,32, o que representa que o órgão desembolsou menos recursos do que recebeu.

É importante observar que devido às mudanças impostas pela IPC 08 DFC, a partir do Exercício de 2015 o "Campo Outros Desembolsos Extraorçamentários", sofreu alteração em sua nomenclatura, se chamando assim de "Outros Desembolsos", o que justifica a presença desta coluna no Relatório DFC de 2015/2014.

MARCLEIDE CORREIA E SÁ CAVALCANTI
PRESIDENTE
COREN PE-193.737-ENF
832.342.174-91

LUCIANA PATRÍCIA COELHO DE AGUIAR
TESOUREIRA
COREN PE-83.874-ENF
859.130.144-20

MARCELO SÁVIO DA SILVEIRA ALVES
CONTADOR CRC: 011.540 – PE
366.475.784-04

EDILUCI CRISTIANE SILVA SANTOS
CONTADORA CRC: 024685 – PE
044.841.544-55